

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE DIREITO

JOÃO PEDRO NOGUEIRA MACHADO

**UMA ANÁLISE SOBRE O RISCO À DEMOCRACIA PROMOVIDO PELA
ASCENSÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE BIG DATA ALIADOS A
IDEOLOGIA NEOLIBERAL**

Porto Alegre
2021

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

UMA ANÁLISE SOBRE O RISCO À DEMOCRACIA PROMOVIDO PELA ASCENSÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE BIG DATA ALIADOS A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

João Pedro Nogueira Machado*

Gustavo Oliveira de Lima Pereira**

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a democracia em seu desenvolvimento histórico, desenvolvendo suas características principais e, a partir disso, delinear a influência do neoliberalismo e das novas tecnologias de Big Data em tal modelo de governo. Primeiramente, faz uma breve passagem sobre o desenvolvimento da democracia, dividindo os períodos em democracia direta e representativa, mas focando fundamentalmente na característica principal dela, a liberdade do povo de participar ativamente na formação de seu governo e da sua sociedade. Após, destaca como esse sistema político pode ser descaracterizado por grupos de poder oligárquicos e aristocráticos que tendem a usurpar o governo do povo, acabando com o conceito de soberania popular. Seguindo, estuda como o neoliberalismo promove essa tentativa de restringir o âmbito político, fazendo o cidadão sumir perante a passividade do consumidor, criando uma realidade chamada de “democracia de consumidores”. Finalmente, demonstra a correlação entre as novas tecnologias de Big Data e a democracia, caracterizando-as como ferramentas de controle que almejam o cerceamento da liberdade, que movidas pela ideologia neoliberal, propõem a morte da política como a única solução viável para o avanço das sociedades contemporâneas. Utilizando-se de bibliografia nacional e internacional de ciência política e filosófica, chega-se a conclusão de que os Big Datas, operados pela ideologia neoliberal, apresentam uma grave ameaça ao sistema democrático, sendo importante que as sociedades visualizem tal problema invisível para uma possível retomada de um governo democrático com cidadãos ativos.

Palavras-chave: Democracia. Liberdade. Ameaça. Neoliberalismo. Big Data.

ABSTRACT

This research aims to comprehend the development of democracy in a historical context, developing its main characteristics, and, from that perspective, delimit the influence of neoliberalism and the new Big Data technologies in this government model. First, a brief journey through the historical development of democracy is made, splitting it into direct and representative democracy, but mainly focusing on its main characteristic, the freedom of the people in participating in the shaping of its government and society. Afterward, it is highlighted how this political system may be misrepresented by oligarchic and aristocratic groups, which tend to usurp the government from the people, ceasing with the concept of popular sovereignty. Following, a study of how neoliberalism promotes this attempt to restrict the political

* Graduando do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: jppedro_nogueira@hotmail.com

** Doutor em Filosofia e doutorando em ciências criminais pela Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em direito pela Unisinos. Professor de Filosofia do Direito, Direito Internacional e Direitos Humanos e coordenador do SADHIR, serviço de assessoria em direitos humanos para imigrantes e refugiados na Escola de Direito da PUCRS

sphere, making the citizen disappear in its consumer passivity, creating a reality called “consumer’s democracy”. Finally, the correlation between the new Big Data technologies and democracy is shown, characterizing them as control tools that aim for the curtailment of liberty, driven by the neoliberal ideology, propose the death of politics as the only viable solution for the advancement of contemporaneous societies. Using national and international bibliography of political science and philosophy, the conclusion that Big Data operated by the neoliberal ideology presents a severe menace to the democratic system is reached, making primordial the discussion of this invisible problem by societies, aiming for a possible resumption of a democratic government with active citizens.

Keywords: Democracy. Freedom. Threat. Neoliberalism. Big Data.

1 INTRODUÇÃO

A democracia se apresenta como opção de governo desde os primórdios da civilização humana. A primeira sociedade a adotá-la como modelo de governo foi a Ateniense, por volta de 510 A.C. Desde então, a democracia se desenvolveu até a maneira como a conhecemos hoje, sendo caracterizada principalmente pela soberania popular, em que o povo é a única fonte de poder e influência em todas as decisões públicas.

Uma constante permanece durante todo governo que se aspira democrático, a liberdade de escolha do povo. Seja o poder exercido diretamente, como na Grécia antiga, ou indiretamente, por representantes eleitos, como se observa diretamente nos Estados-Nações contemporâneos, o poder emana do povo e este molda o governo como bem entender para atingir o bem comum.

Porém, esse conceito por muitas vezes não é do agrado dos grupos detentores do poder. O governo da “ausência de título”, como é conceituada a democracia por Ranciére (2014), sempre corre o risco de ser corrompida por grupos que creem serem mais aptos a decidirem questões políticas, levando a sua descaracterização perante uma oligarquia ou aristocracia. E este processo pode ocorrer por vias políticas legais na modernidade, em que *outsiders* vencem eleições e corrompem a democracia internamente ao sistema, como por exemplo o caso de Donald Trump.

Além disso, atualmente presenciamos a substituição da noção de política pelo desejo de eficiência e lucro. A ideologia neoliberal adentrou à todas as esferas possíveis da existência humana, em que quase não conseguimos pensar fora dos âmbitos do mercado e lucro, reduzindo cidadão a meros consumidores, fenômeno destacado por filósofos e cientistas políticos como Brown e Han como “Democracia de Consumidores”.

Contemporaneamente, para possibilitar tal ataque a democracia, as novas tecnologias se tornaram importantes ferramentas de poder. Com auxílio de algoritmos inteligentes, os aplicativos induzem opiniões e manipulam informações, tudo isso possibilitado pela grande quantidade de informação que armazenam, essas disponibilizadas pelos próprios usuários. Han (2020) conceitua essa nova fase como psicopolítica, em que o poder é exercido diretamente sobre a psique dos indivíduos, só possível com algoritmos que nos conhecem até melhor do que nós mesmo, cerceando-nos da liberdade, utilizando a liberdade.

Torna-se relevante tal discussão, pois tais ideologias, aliadas a poderosas tecnologias de controle, ameaçam diretamente todo o sistema democrático que almejamos defender a décadas. Sem liberdade é impossível discutirmos acepções

democráticas, visto que para existir um governo do povo, é necessário que este consiga escolher as melhores opções disponíveis.

Tal trabalho visará justamente apresentar como a democracia surgiu e quais são suas intenções quanto a modelo de governo e, posteriormente, apresentar os riscos que tal sistema sempre correu e continua correndo, discorrendo sobre as relações da tecnologia com a possível derrocada da liberdade e, conseqüentemente, do governo do povo. Conjuntamente, torna-se impossível não discutir o tema da ideologia neoliberal que move as engrenagens da sociedade, restringindo a discussão ideológica a questões somente de lucro e eficiência.

Para isso, utilizarei apenas de revisão bibliográfica nacional e internacional, coletando visões acadêmicas de autores sobre o tema democracia e como a ideologia neoliberal e as novas tecnologias afetam a noção democrática contemporânea, com suas novas ferramentas de poder, valendo-se aqui, dos métodos histórico e dedutivo.

Estruturado em 3 capítulos, o trabalho analisará primeiramente a democracia em si e seu desenvolvimento histórico, para posteriormente se direcionar a crítica de como ela é colocada em risco e, após, introduzir a influência das novas tecnologias em sua concepção na atualidade. Dessa maneira, será possível compreender como a ideologia neoliberal, aliada com as novas tecnologias, ameaçam sim, a democracia.

2 IDEIAS INICIAIS SOBRE DEMOCRACIA

Entende-se a democracia como o “governo do povo” (demos + kratos), em que os cidadãos diretamente ou indiretamente (representados) exercem sua vontade pelos meios estipulados para realizar política. Segundo Hannah Arendt (2007), política é o agir em pluralidade, sendo esta a condição da ação humana. Seguindo a premissa de Aristóteles, ela coloca o ser humano como um “Animal Político”¹, sendo inerente a sua natureza realizar a vida em sociedade.

Conceituando a democracia, Brown (2019, p. 33) dispõe “Em contraste com a oligarquia, monarquia, aristocracia, plutocracia, tirania e governo colonial, democracia significa os arranjos políticos por meio dos quais um povo governa a si mesmo”. Outra característica indispensável a democracia é a igualdade, visto que só entre cidadãos livres e em condição de igualdade se pode existir um debate eficaz para produzir a governança do povo, como constatado por Brown

Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte em vez do todo. O demos deixa de governar. (2019, p. 33)

Contemporaneamente a democracia está umbilicalmente atrelada ao Estado de Direito, existindo princípios fundamentais que a caracterizam e legitimam, sendo conceituado por José Afonso da Silva

A democracia, em verdade, repousa sobre dois princípios fundamentais ou primários, que lhes dão a essência conceitual: (a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo; (b) a participação, direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular; nos

¹ No livro *Ética a Nicômaco*, Aristóteles no final do capítulo IX chega a conclusão de que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade. Sendo assim, se é intrínseco ao ser humano se associar em comunidade, o autor denota que o homem é um Animal Político.

casos em que a participação é indireta, surge um princípio derivado ou secundário: o da representação. (1992, p. 120)

Para compreendermos a democracia atual, é necessário entendermos a sua gênese e analisarmos sua história em busca de seus ideais, motivos e suas características, o que será visto a seguir.

2.1 DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA DIRETA NA GRÉCIA ANTIGA

O primeiro registro de democracia remete a Grécia antiga, em Atenas, conforme constado por Ranciére (2014, p. 47) “[...] há os antigos, e, sobretudo, os gregos, que romperam o vínculo com o pastor divino e registraram, com o duplo nome de filosofia e política, o auto de infração desse adeus”. Com isso, entende-se a passagem da política organizada por hierarquias pré-determinadas por entidades divinas para o domínio dos homens, em que a vontade do povo seria organizada em assembleia.

Segundo, Ranciére (2014) destaca que, o rompimento com o divino foi concretizado com a reforma de Clístenes, instituindo a democracia ateniense. Agrupando um número de pessoas (povo) em um local geograficamente específico para realização da política, definiu-se o poder de maneira artificial, por um procedimento não natural. Sendo assim, a democracia significa uma ruptura na organização da filiação.

Analisando o escrito por Platão no livro VII² da república, fica bem explicitado, mesmo que em tom de crítica, a igualdade presente na democracia ateniense, conceito próximo ao utilizado nas democracias modernas e contemporâneas, destacado por Ranciére

A democracia é propriamente a inversão de todas as relações que estruturam a sociedade humana: os governantes parecem governados e os governados, governantes; as mulheres são iguais aos homens; o pai se habitua a tratar o filho de igual para igual; o meteco e o estrangeiro tornam-se iguais ao cidadão; o professor teme e bajula alunos que, de sua parte, zombam dele; os jovens se igualam aos velhos e os velhos imitam os jovens; os próprios animais são livres e os cavalos e os burros, conscientes de sua liberdade e dignidade, atropelam aqueles que não lhe dão passagem na rua. (2014, p. 50-51)

Contudo, tratava-se de uma democracia exclusiva, pois poucos dos habitantes de uma pólis eram considerados cidadãos, sendo retirados da vida política mulheres, estrangeiros, entre outros. Os únicos aptos a participarem das votações eram homens gregos, ou seja, nacionais filhos de mãe e pai atenienses, maiores de idade e com relativa representatividade econômica em seu contexto político, estipulado pela lei de Péricles, conforme Godoy (1999, p. 331) “[...] vigia em Atenas uma lei de Péricles que determinava a cidadania pela filiação: ateniense era filho de pai e mãe atenienses.” Outra crítica pertinente a democracia ateniense é referente a presença de escravidão em sua sociedade, como visto na passagem de Bonavides (2000, p. 347) “A democracia, como direito de participação no ato criador da vontade política, era privilégio de uma íntima minoria social de homens livres apoiados sobre esmagadora maioria de homens escravos.”

Mesmo assim, pode-se definir a democracia ateniense como o governo popular em que todos os cidadãos criavam e seguiam as mesmas leis por meio de suas regras

² Lá République, VIII, 562d-563d. [Ed. bras.: A República, São Paulo, Perspectiva, 2006.]

políticas, em que os homens livres unicamente viviam e trabalhavam para o público, conforme escrito por Bobbio (1998, p.320) “Otane toma a defesa do Governo popular, que segundo o antigo uso grego chama de *Isonomia*, ou igualdade das leis, ou igualdade diante da lei [...]”. Ademais, era caracterizado o poder na democracia ateniense como pulverizado, visto que estava dividido entre todos os cidadãos, ou seja, muitos, ficando definido por Platão como “Governo do número (291d). “Governo de muitos” (302c) e “Governo da multidão” (303a).”

Posteriormente, com a política Romana-Medieval, criou-se a ideia de soberania popular, em que todo o poder emergiria do povo e seria emanado por ele. Idealizando o primeiro conceito de República no ocidente, os romanos se formataram politicamente visando o bem comum, sendo didática a passagem de Pereira (2021, p. 03) sobre o que seria República “Essa palavra viria como uma tentativa de expressar o interesse político na “coisa pública” – aquilo que pertence ao povo na produção de seu bem comum – diferente dos demais regimes até então conhecidos”. Com isso, a própria sociedade seria uma fonte de direito com seus hábitos e costumes, atribuindo outra condição de poder democrático as concepções futuras, além do voto na assembleia, conforme Bobbio (1998, p. 321) “[...] onde, a propósito do costume, como fonte de direito, se diz que o povo cria o direito não apenas através do voto, dando vida às leis, mas também *rebus ipsis et factis*, dando vida aos costumes.”

Dessa forma, ficou caracterizada a democracia dos gregos pela participação direta dos cidadãos, em contraste com a moderna e contemporânea democracia representativa. Conforme Bobbio

[...] enquanto a liberdade dos antigos, que a expansão das relações tornou impraticável, e até danosa, é a liberdade entendida como a participação direta na formação das leis através do corpo político cuja máxima expressão está na assembleia dos cidadãos. (1998, p. 323)

Então, com essa quebra de paradigma é necessário compreender a democracia por outro prisma. Ao invés dos cidadãos irem a pólis exercerem diretamente sua cidadania, eles serão representados por políticos eleitos pelo voto, estes que devem prestar o compromisso de melhor representar os interesses do povo, para ao fim atingir o bem comum. A democracia necessitou se adaptar às novas realidades sociais, visto às novas condições dos indivíduos, agora operários ou capitalistas, e a participação de um maior número de cidadãos, coisa restrita a muito poucos na época da Grécia antiga. Inspirados por movimentos contratualistas e iluministas, foi construído o governo do povo que conhecemos atualmente, como veremos no próximo capítulo.

2.2 DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NA MODERNIDADE

Bonavides (2000) destaca a impossibilidade da democracia direta a partir da modernidade, devido a grande quantidade de indivíduos divididos em Estados-Nações e a complexidade das relações sociais, como fica claro nessa passagem

Não seria possível ao Estado moderno adotar técnica de conhecimento e captação da vontade dos cidadãos semelhante àquela que se consagrava no Estado-cidade da Grécia. Até mesmo a imaginação se perturba em supor o tumulto que seria congregar em praça pública toda a massa do eleitorado, todo o corpo de cidadãos para fazer leis, para administrar. (2000, p. 352)

Outra argumentação utilizada por Bonavides (2000) se baseia na impossibilidade do homem moderno se dedicar totalmente a vida política, em contraste com o cidadão grego, visto que além de homem político, ele também é *Homo economicus*. Por isso, o cidadão moderno não dispõe de tempo suficiente para se debruçar completamente as decisões públicas, visto que necessita trabalhar para prover as necessidades materiais de sua existência, necessitando de um representante que tenha como única atribuição à vida pública.

Sendo assim, para suprir as novas necessidades das sociedades modernas, surgiu a figura da democracia representativa, em que cidadãos livres exercem por meio do voto a cidadania, elegendo representantes ao parlamento para a criação e execução das leis. Segundo Bobbio

[...] Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos". (1998, p. 324)

Visto assim, segundo Bobbio (1998), a liberdade é um princípio indispensável da democracia moderna, devendo existir direitos fundamentais que a assegurem com o fim de permitir uma participação política guiada pela vontade autônoma de cada indivíduo.

Essa ideia de organização social pautada na liberdade e na igualdade sob a lei começou a ser construída pelos pensadores contratualistas, estando entre os principais Hobbes, Locke e Rousseau. Conceituado por Sousa Santos (1998, p. 01) "O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum". Sendo assim, o contrato social serviria para retirar o homem de seu estado natural e de maneira artificial organizar seu modo de convívio em sociedade, devendo estipular regras que visem bom convívio social e suas aplicações pelo Estado.

Essa maneira artificial seria justamente um contrato, estipulado e aceitado por todos os indivíduos de uma sociedade, conforme Bobbio (1998, p. 272) "[...] o Contratualismo compreende todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos." Visto dessa forma, os contratos sociais prescindem fundamentalmente da autonomia e consentimento dos sujeitos, estando essas teorias mergulhadas na racionalidade iluminista, buscando dar legitimidade aos governos por meio da liberdade dos indivíduos de os aceitarem, conforme Bobbio (1998, p. 273) "A finalidade é sempre a de dar uma legitimação racional às ordens do poder, mostrando que ele se fundamente no consenso dos indivíduos".

Sendo assim, aqui cabe trazer a comparação feita por Bobbio entre o conceito de contrato e o objetivado pela teoria do Contratualismo Clássico, demonstrando a mesma lógica racional aplicadas aos contratos modernos e atuais

O contrato é uma relação jurídica obrigatória entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, em virtude da qual se estabelecem direitos e deveres recíprocos: são elementos essenciais, portanto, os sujeitos e o conteúdo dos contratos, isto é, as respectivas prestações a que são obrigados sob pena de sanção. O contratualismo clássico se apresenta como uma escola, pois todos aceitam a mesma sintaxe: a da necessidade de basear as relações sociais e políticas num instrumento de racionalização, o direito, ou de ver no pacto a condição formal da existência jurídica do Estado. (1998, p. 279)

Dessa forma, verifica-se os pilares do contratualismo social: a racionalidade e a liberdade que moldam a sociedade e a legitimação do poder do Estado visando a criação da sociedade conforme a vontade dos indivíduos, como referenciado por Caldeira (2018, p. 105) “Eis a natureza do contrato enquanto uma realidade de pensamento e um ente de razão”.

Mesmo existindo diversos autores e correntes dispares que dialogaram entre si para formar o pensamento contratualista, nos ateremos aqui à Jean-Jacques Rousseau, visto sua maior relevância ao tema democracia aqui tratado. Hobbes se atem principalmente a concepção de como a formação de um Estado forte (Leviatã) permitiria a convivência social pela coerção, e Locke desenvolve principalmente as ideias sobre a legitimidade natural de os indivíduos se defenderem de atos abusivos de seus soberanos, enquanto Rousseau desenvolve a ideia de vontade geral e coletiva, que levariam os seres humanos a liberdade. Não que seja desimportante as questões tratadas pelos demais autores, visto que parte da democracia visa isto, mas só Rousseau trabalha com a hipótese de vontade geral e bem comum, enquanto os demais apenas legitimam o soberano com o fim de organizar a sociedade política através de um contrato livre e consciente.

Rousseau (1999, p. 09) abre seu livro, O Contrato Social, falando “O homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhado”. Segundo ele, o homem é naturalmente livre e bom, culpando à história das sociedades quaisquer mal e cerceamento de liberdades que tenha ocorrido aos indivíduos. Seguindo, chega a constatação de que somente pelo contrato social os indivíduos conseguirão ser livres, criando uma associação que proteja a pessoa e seus bens (1999, p. 20) “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes”.

Torna-se pertinente a democracia a teoria de Rousseau, quando ele legitima o poder do estado com a vontade geral, conforme Caldeira (2018, p. 116) “Mais que isso: sem ela, o direito nem sequer existe. Pois todo direito é direito legítimo e o direito só é legítimo se for a expressão da vontade geral ou coletiva, posta acima das vontades individuais”. Ao mesmo tempo que a vontade geral ou coletiva legitima o governo, essa também o limita para a proteção do indivíduo, segue Caldeira (2018, p. 117) “No entanto, nem todo ato de governo pode ser entendido como um ato da soberania, isto é, como o ato de uma vontade coletiva. É o que ocorre toda vez que as ações do governo exprimem um interesse particular”.

Então, fica evidenciado a importância do contratualismo, principalmente no trabalho de Rousseau, para o retorno da Democracia como opção política as sociedades modernas. Por mais que ele não seja considerado um autor democrático, ao contrário, se trata de um autor descrente em relação a implementação de um governo democrático, as questões sobre liberdades, autonomia e vontade levantadas em sua obra, embargadas pela ideologia iluminista racional, além de questões sobre legitimidade do Estado, organização e limitações de seu poder, tornaram-se características importantes para as Democracias modernas.

Igualmente importante para o conceito de democracia moderna, Montesquieu desenvolve a ideia de República, em sua obra “O espírito das leis”, publicada em 1748. Para ele, as leis deveriam tomar o posto do soberano para regular as atividades humanas em sociedade, organizando o governo numa tripartição de poderes, sendo eles o executivo, legislativo e judiciário, como destacado por Pereira (2021, p. 04) “[...] o pensador liberal/iluminista elabora uma nova tripartição dos regimes políticos, dividindo-os em República, Monarquia e Despotismo”. O que diferencia a República

dos demais regimes é a participação do povo nos procedimentos políticos e o seu princípio, que segundo Montesquieu (2000, p.46) é a “virtude”, que segundo ele é “o amor às leis e à pátria. Este amor, que se exige que se prefira continuamente o interesse público ao seu próprio interesse, produz todas as virtudes particulares”.

E por fim, são as constituições que legitimam o governo nas Repúblicas, como ressaltado por Immanuel Kant³ e destacado por Pereira

Immanuel Kant ressaltou que é justamente a “Constituição” o elemento que dá forma à República, já que o direito público é um sistema de leis destinado a uma pluralidade de pessoas que, estando entre si numa relação de influência recíproca, precisam de um estado jurídico sob uma direção que os una, necessitando de uma Constituição que estabeleça aquilo que lhes é partilhado como direito. (2021, p. 07)

Então, por intermédio dessa passagem histórica ficam destacados princípios e ideologias inerentes ao sistema político chamado de democracia. Princípios como liberdade, igualdade, soberania e disposições sobre como organizar um governo e limitar seu poder de atuação são características que permeiam conceito tão complexo e delicado que é esse modelo de governo. Porém, é possível especificar com precisão o que seria a democracia? Parece improvável creditar esperanças em conseguir reduzir tal modelo em um conceito fixo e definido, como será visto a seguir.

2.3 (IN) CONCEITUAÇÃO DE DEMOCRACIA

Um ponto é fundamental ao se pensar em democracia: a liberdade do cidadão. Observando a história democrática em Atenas e perpassando pela ascensão democrática pós-iluminismo, fica destacado que somente com a liberdade de escolha e expressão pode existir um governo do povo e construído pelo povo. Ela é fundamental para possibilitar a criação um governo justo que represente de maneira fiel os valores culturais de um povo, permitindo a construção conjunta e igualitária por meio do debate público. Tanto no sistema direto, quanto no representativo, essa constatação é assertiva, visto que os dois pressupõe a liberdade cognitiva e possibilidade política de melhor escolher. Porém, somos realmente livres? Os próximos capítulos deste trabalho discorrerão sobre os obstáculos contemporâneos sobre nossa noção de liberdade, após ser delimitado da melhor maneira o que seria democracia contemporaneamente.

Atualmente, a palavra democracia domina completamente o cenário internacional, como nas palavras de Bonavides (2000, p. 345) “Nos dias correntes, a palavra democracia domina com tal força a linguagem política deste século, que raro o governo, sociedade ou o Estado que se não proclamem democráticos”. Porém, mesmo que quase todos os Estados Nações do mundo se proclamem democráticos e afirmem ter um compromisso com a democracia e seus cidadãos, é possível realizar a conceituação exata do que seria a democracia? Acredito que não. Igualdade, direitos, constituições, instituições, são palavras que inerentemente parecem ligadas ao sistema democrático, mas não creio que a democracia seja apenas isso. A democracia é justamente o sistema político inconcluso (Brown, 2018), é a maneira que permite a permanente construção da sociedade por meio do povo e que está constantemente suscetível a mudança, sempre se adaptando as necessidades culturais e sociais.

³ KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*. São Paulo: Edipro, 2008.

A tentativa de reduzir a democracia a termos bem definidos e conceitos fechados pode levar ao fim dela mesma. Até mesmo governos com tendências claramente antidemocráticas e autoritárias, como o Trumpista e Bolsonarista, se denominam como democráticos e afirmam ter a legitimidade pelo apoio do povo. Se mostra uma tendência a palavra democracia utilizada de maneira equivocada e leviana, chegando a ser tida por Brown (2018) como um “Slogan Vazio”⁴, em que seus valores atualmente tendem a se confundir com os do mercado e permitir uma abordagem que inverte sua intenção. O neoliberalismo e sua sede por controle, lucro e eficiência acaba por diminuir a importância de políticas públicas e, conseqüentemente, ameaçar a democracia. E pior, como proposto por Evgeny Morozov (2018), essa ideologia limita as sociedades e seus cidadãos a crerem que somente por meio de novas tecnologias conseguiremos superar problemas políticos e sociais, delegando um lugar superior aos desenvolvimentos tecnológicos que fugiriam completamente das questões públicas, que ele chama de “morte da política”⁵. Pode-se ter uma prévia por essa passagem

Sensores, celulares e aplicativos: são esses os tampões de ouvido da nossa geração. O fato de não percebermos mais como eles eliminam tudo o que cheira a política em nossas vidas é, por si só, revelador: a surdez – à injustiça e à desigualdade, mas acima de tudo ao nosso próprio e lamentável estado das coisas – é o preço que pagamos por essa dose de conforto imediato. (2018, p. 80)

E mais perigoso ainda, com as novas tecnologias de Big Data a dinâmica do poder foi completamente transformada, mudando diametralmente a maneira de como ele pode ser exercido. Han (2020) desenvolve muito bem esse tema, caracterizando como psicopolítica o poder exercido sobre os indivíduos na atualidade, afirmando que é possível as pessoas serem controladas e cerceadas de liberdade sem mesmo terem ciência disso, fato impensado em tempos que não existiam Smartphones munidos de redes sociais e seus algoritmos possuidores de uma capacidade imensa de processamento de dados e informações. Impulsionadas pela ideologia neoliberal, as novas tecnologias propiciam as ferramentas necessárias para o exercício de um poder que ameaça diretamente o sistema democrático, visto que atacam diretamente a noção que possuímos de livre-arbítrio, como será visto mais adiante.

Por isso, será analisado a seguir a questão sobre como as democracias sempre estão em risco, pois, como não é de se espantar, se trata de um governo altamente impopular entre as classes sociais privilegiadas. Oligarcas, aristocratas, autoritários e, contemporaneamente, tecnocratas, sempre discordaram sobre a possibilidade de existir um governo organizado pelo povo e para o povo, pois, segundo eles, estes são incapazes e incompetentes para uma tarefa tão árdua que é governar, como antigamente já fora corroborado por autores como Platão e Aristóteles e

⁴ Wendy Brown em seu artigo “Hoje em dia, somos todos democratas”, apresenta a ideia da palavra democracia ter se tornado um slogan vazio, nunca tendo sido tão conceitualmente imprecisa e substancialmente vazia quanto atualmente. Mesmo sendo um governo popular na atualidade, seus valores e princípios intrínsecos estão se perdendo, restando talvez apenas uma palavra que não significa nada.

⁵ No quarto capítulo de seu livro “Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política”, Evgeny Morozov critica a condição apolítica que as tecnologias dispõem no século XXI, em que os avanços tecnológicos propiciadores de maior eficiência e melhores resultados objetivos não devem ser questionados de maneira pública, parecendo natural elas estarem fora do escopo político. Para o autor, se essa ideologia for a predominante, estaríamos diante da “morte da política”.

modernamente afirmado por Hobbes e Maquiavel, entre vários outros discordam do governo de muitos.

Então, para analisarmos os Big Datas e sua correlação com o poder e a democracia, primeiro necessitamos entender o motivo do ódio a democracia e como ela pode ser descaracterizada e destruída. O próximo capítulo servirá para, a partir principalmente da visão de Jacques Rancière (2014), entender por que a democracia é constantemente atacada e, ao fim, analisarmos como o próprio sistema democrático é utilizado contra ele na contemporaneidade.

3 CRISES DEMOCRÁTICAS: O MODELO DE GOVERNO QUE ESTÁ CONSTANTEMENTE EM RISCO PELAS DISPUTAS DE PODER.

Ao tratarmos do tema democracia, é de suma importância entendermos que o governo do povo está permanentemente em xeque. Diversos grupos, por intermédio do poder, tentam desvirtuar o sistema democrático, podendo torná-lo em uma oligarquia, aristocracia ou até mesmo em um governo autoritário. A perda do poder para o povo, a distribuição das decisões sociais relevantes para os cidadãos de uma comunidade sempre preocupou os detentores do poder, como explica Rancière (2014, p.10) “Para eles [críticos a democracia], a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o estado através dela”.

Rancière (2014), em sua obra “O ódio à democracia” perpassa por diversos momentos históricos em que a democracia fora rechaçada, tanto por grupos políticos, quanto por teóricos, como conceituado por Santos Souza

Nas 125 páginas do texto, Rancière recupera, com maestria, a indisposição que a democracia provoca naqueles que, independente do tempo e do lugar de nascimento, consideram-se titulares do poder de outorgar vida e morte ao restante dos mortais. (2015, p. 529)

O cerne do ódio a democracia está exatamente na perda do poder de determinados grupos políticos privilegiados para o povo. Governos baseados na ordem de filiação, em estruturas religiosas ou aristocratas, ou em qualquer divisão de poder pré-determinada não pode ser denominada democracia. Esses fundamentos anteriores atentam à democracia justamente por essa ser fundamentalmente caracterizada pela “ausência de título”, conforme Rancière (2014, p. 57) “Democracia quer dizer, em primeiro lugar, o seguinte: um “governo” anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar”.

Segundo ele (Rancière, 2014), sempre existiram duas críticas históricas a democracia, sendo elas de cunho oligárquico e aristocrata, em que seu fim terminaria sempre em proteger dois bens: o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária. Hillani (2015, p. 687) contribui com essa visão, sendo que segundo ele “[...] o ódio também revela um medo: o medo de que as pessoas percebam que são efetivamente iguais e que não precisam de uma elite para governar”

Essa visão fica identificada na passagem de Rancière

A história conheceu dois grandes títulos para governar os homens: um que se deve a filiação humana ou divina, ou seja, a superioridade do nascimento; e outro que se deve à organização das atividades produtoras e reprodutoras da sociedade, ou seja, o poder da riqueza. (2014, p. 62)

Para fugir dessa ideia de governos organizados por títulos pré-determinados é que Rancière (2014) chega à conclusão de que a democracia é o governo organizado pela “ausência de título”. Só por intermédio dessa ausência que o povo pode se auto-organizar e se autogovernar, sem ser influenciado ou manipulado por um poder externo, sendo conceituada por Rancière

É isso, sobretudo, que a democracia quer dizer. A democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados. (2014, p. 65)

Porém, a democracia não pode ser somente um método pelo qual se estipula as regras do jogo político, determinando como serão realizadas as eleições, quem está apto a ser eleito, como serão contados os votos etc., sob pena do sistema representativo recair na crítica feita por Rancière (2014, p. 71) “O que chamamos de “democracia representativa [...] é uma forma mista: uma forma de funcionamento do Estado, fundamentada inicialmente no privilégio das elites “naturais” e desviada aos poucos de sua função pelas lutas democráticas”. Sendo assim, segundo ele, uma democracia formal poderia perpetuar um governo oligárquico transvestido de democracia, devendo esta ser a luta contra a privatização do Estado e dos interesses públicos.

Por isso, podemos dizer que o principal objetivo da democracia é impedir o desmantelamento dela mesma. Conforme Rancière (2014, p. 10) “[...] só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática”. Seria a democracia o governo que permite a passagem do poder ao povo, transformando-os em cidadãos aptos a tomarem as decisões importantes referentes a vida social, enunciado nessa passagem de Rancière

A democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder de mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida. (2014, p. 121)

Visto isso, é importante ressaltar que a democracia não é ameaçada apenas por grupos externos, mas também por fatores internos. A história nos demonstra que muitas vezes governos autoritários são endossados pelas populações e acompanhados de eleições democráticas prévias. Exemplos como Hitler, Mussolini, Hugo Chávez sustentam essas visões sobre como figuras autoritárias conquistaram o apoio popular e constituíram seu governo em cima disso.

Com relação a esse tema, é excelente o trabalho desenvolvido por Levitsky e Ziblatt (2018) no livro “Como as Democracias Morrem”. Nele é trabalhada a ideia de como *Outsiders* conseguem chegar ao poder por intermédio do sistema eleitoral, desenvolvendo governos com vieses autoritários com o apoio dos cidadãos. Teorizado no contexto eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos e utilizando bases históricas para reforçar a importância de um sistema democrático, apresentam ideias importantes sobre como retomar a ascensão democrática no mundo e evitar que ideais totalitários ganhem força novamente no século XXI.

Para Levitsky e Ziblatt (2018), existem 4 elementos que indicam o comportamento autoritário de um candidato. Seriam eles; 1. Rejeição das regras democráticas do jogo; 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3.

Tolerância ou encorajamento à violência; 4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. São essas as atitudes e ideologias que devem alertar as instituições democráticas para evitar tais candidatos, sendo que segundo eles, Trump cumpria com todos esses requisitos, como se vê nessa passagem

Como mostra a tabela 2⁶, Donald Trump cumpriu todos eles [requisitos]. Nenhum outro candidato presidencial decisivo na história moderna dos Estados Unidos, nem mesmo Nixon, demonstrou um compromisso público tão frágil com direitos constitucionais e normas democráticas. (2018, p. 71)

Por isso, o papel das instituições e principalmente dos Partidos Políticos são os de inibirem a chegada de tais possíveis candidatos às eleições finais e, se não possível, de não os apoiarem nelas. Sua finalidade de defensores do sistema democrático e da constituição, chamados de “guardiões democráticos” pelos autores, é de impedir a entrada de outsiders nocivos aos governos democráticos, devendo os líderes políticos se posicionarem contrariamente a tais candidatos mesmo quando aliados partidários. Num sistema Bipartidário, como o americano, tal atitude pode reverter completamente os rumos da eleição, devendo os princípios democráticos prevalecerem aos interesses individuais partidários, o que, infelizmente, não ocorreu em 2016, conforme Levitsky e Ziblatt

Se tivessem rompido [líderes republicanos] decisivamente com Trump, dizendo aos norte-americanos alto e bom som que ele representava uma ameaça para as apreciadas instituições de nosso país, e se, com base nisso, eles tivessem endossado Hillary Clinton, Donald Trump poderia nunca ter ascendido à Presidência. (2018, p. 75)

Por fim, desenvolvem a ideia de “Grades de Proteção da Democracia”, em que sua sustentação está justamente na ideologia democrática. Segundo eles, um governo democrático só opera regularmente e se mantém saudável se os cidadãos e os políticos acreditarem num espírito democrático. Somente com as ideias de “tolerância mútua” e “reserva institucional” pode um governo funcionar democraticamente. Nas palavras dos autores (2018, p. 107), a primeira seria “[...] a ideia de que, enquanto nossos rivais joguem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo poder e governar”. Já a segunda, seria conceituada como (2018, p. 110) “[...] a reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente seu espírito”.

E assim, concluem que a democracia americana, entre os períodos pós-guerra de secessão até a eleição de Trump, funcionava perfeitamente por esses motivos. Existia um costume democrático de concretizar um respeito mútuo entre os adversários políticos, legitimando-os como adversários e não denegrindo sua imagem como inimigos, e de manter uma reserva respeitosa de não cometer atos políticos imorais, mesmo que lícitos. Atitudes praticadas por Trump na eleição de 2016 como acusar sua adversária em crimes políticos, deslegitimando-a como candidata, além de outras práticas como ridicularizar os veículos de comunicação e ameaçar desmantelar instituições democráticas com base em corrupção infundada, são exemplos de como tal candidato não possuía compromisso nenhum com a democracia, podendo-se dizer que as grades de proteção americanas falharam.

⁶ Os autores realizaram essa tabela para destacar quais seriam os quatro principais indicadores de comportamento autoritário e dispor exemplos de como poderiam ser concretizados.

Por fim, mesmo compreendendo que a democracia americana foi sustentada por muitos anos no racismo estrutural e em preconceitos demográficos, fica claro para os autores que o espírito democrático é algo a ser valorizado pelas sociedades contemporâneas e, mesmo que o objeto de trabalho seja apenas os Estados Unidos da América, entendem que não existe óbice em aplica-lo em abstrato ao resto dos governos, terminando o livro em tom de dúvida em como proceder a aplicação de tal conceito, mas demarcando bem seus ideais

Para salvar a democracia, os norte-americanos precisam restaurar as normas básicas que a protegiam no passado. Entretanto, é preciso fazer mais do que isso. Nós temos que estender essas normas por toda uma sociedade diversificada. Temos que torná-las realmente inclusivas. Em seu âmago, as normas democráticas dos Estados Unidos sempre foram saudáveis. Porém, por grande parte da nossa história, elas foram acompanhadas – com efeito, sustentadas – por exclusão racial. Hoje, é preciso fazer essas normas funcionarem numa era de igualdade racial e de diversidade étnica sem precedentes. Poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas. Esse é o nosso desafio. Se o respondermos de maneira satisfatória, a América será sem dúvida excepcional. (2018, p. 233)

Visto isso, foram perpassadas as principais ideias de dois autores que entendem a importância da democracia e, principalmente, a necessidade de realizarmos a sua manutenção. Para eles essa é a fundamentalmente a função de um sistema democrático, impedir seu desmantelamento. Entende-se assim, pois, para existir um governo em que todos os cidadãos sejam relevantes e possam exercer seus direitos políticos é necessário que exista um sistema robusto que os permita emitir suas opiniões para moldar a comunidade conforme o entendimento predominante ou consensual. Essa é a importância de políticas públicas democráticas, dar aos cidadãos a liberdade suficiente para que esses decidam os meios e os fins que desejam dar às suas sociedades.

Porém, não é o cenário que vivemos no século XXI. Princípios institucionais, públicos e eleitorais, ficam em segundo plano perante a ideologia neoliberal que subverte a noção de liberdade, a utilizando para realizar controle e coerção. Grandes corporações estão preocupadas somente com o desenvolvimento econômico e tecnológico, colocando em risco o sistema democrático mundial, criando um paradigma para todos os Estados Nações que aspiram a democracia. As “democracias de consumidores” aparecem cada vez mais como uma realidade eminente, visto que a figura do cidadão ativo está desaparecendo diante da pressão exercida pelo neoliberalismo, visando transformá-lo num consumidor passivo, como será visto a seguir.

3.1 DEMOCRACIA DE CONSUMIDORES: COMO O NEOLIBERALISMO PROPORCIONA O DESAPARECIMENTO DO CIDADÃO PERANTE A PASSIVIDADE DO CONSUMIDOR.

Conforme mais nos debruçamos sobre o tema neoliberalismo, percebemos que este permeia cada vez mais as diversas áreas de nossa realidade. A democracia não seria diferente. Presenciamos atualmente uma abordagem consumerista da democracia, em que o sucesso midiático e publicitário seriam os fatores chaves para o sucesso nas eleições (Brown, 2018).

Desde os primórdios do capitalismo, Marx (1998) já atentava para a principal característica de seu sistema: a dominação. Segundo ele, os donos dos meios de

produção exercem poder de dominância sobre os que não os possuem, gerando exploração. Essa exploração visaria sempre a maximização da eficiência em reproduzir o capital, que viria a permear todas as partes da sociedade humana. Sobre isso, fica descrito no Manifesto Comunista

[a burguesia] afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. [Ela] despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. (1998, p.42)

Sendo assim, o capitalismo, e atualmente o neoliberalismo, adentraram aos conceitos e noções básicos da cultura e conseqüentemente da democracia. Ranciére (2014, p. 28) nos propõe a realizar uma substituição nos conceitos utilizados por Marx dessa maneira “Em primeiro lugar, substituamos “indivíduos egoístas” por “consumidores ávidos”, o que não deverá causar estranheza. Identifiquemos esses consumidores ávidos a uma espécie social histórica, o “homem democrático””

Ranciére nos propõe considerar a democracia atual como uma “democracia providencial”, conforme conceito de Schnapper⁷, em que o consumo e o desejo por insumos baseiam a política, conceituando o homem democrático conforme este trecho

[...] consumidor indiferente de medicamentos ou sacramentos; sindicalista que tenta tirar cada vez mais do Estado-providência; representante de minoria étnica que exige o reconhecimento de sua identidade; feminista que milita a favor das cotas; aluno que considera a escola um supermercado onde o cliente é quem manda. (2014, p. 29)

Segundo Han (2020, p. 21) “O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade do cidadão cede diante da passividade do consumidor”. Contribuí com essa visão Morozov (2020, p.19-20), como se pode ver nessa passagem “[...] o triunfo da ideologia neoliberal subsequente à Guerra Fria que suprimiu com êxito os aspectos não econômicos da nossa existência social, fazendo com que a identidade de consumidor sobrepujasse a de cidadão”. Diante dessa premissa se pode entender como o neoliberalismo subverte a democracia. O cidadão não está mais interessado intrinsecamente pela política, ele somente reage a notícias e informações que recebe. Não se molda a comunidade a partir de princípios e ideais de um povo construídos por sua cultura e história. O que ocorre são políticas idealizadas sob a premissa da economia e do mercado, visando sempre a maior eficiência e lucratividade possível. Segue Han

Atualmente, o eleitor enquanto consumidor não tem nenhum interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Não está disposto a um comum agir político, tampouco é capacitado para tal. O eleitor *apenas reage de forma passiva* à política, criticando, reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou de um serviço que não gosta. (2020, p. 21)

E ele (2020, p. 21) vai além, dizendo que não somente os indivíduos produzem uma democracia de consumidores, mas os Estados também, pois atuam como

⁷ SCHNAPPER, Dominique. La démocratie providentielle, Paris: Gallimard, 2002. P. 169-170

fornecedores “Os políticos e os partidos seguem a mesma lógica do consumo. Eles têm que *fornecer*. Com isso, degradam-se a fornecedores, que têm que satisfazer os eleitores como consumidores ou clientes”.

Sadin (2020, p. 210) compactua com tal crítica, de maneira a classificar o cidadão do século XXI como um usuário, este que sempre estaria no seu direito de se beneficiar das melhoras ofertas oferecidas pelos governos. Tal passagem representa sua visão “La política se reduce desde hace poco tiempo a *garantizar la satisfacción de los ciudadanos*”.

Essa ideia também está presente nas obras de Wendy Brown (2018), sendo que segundo ela, está ocorrendo uma fusão entre os poderes públicos e privados, ou seja, cada vez mais o capital vai unificando e cerceando os interesses comunitários. Conforme Brown

Mais que uma interferência, as grandes democracias são testemunhadas de uma fusão do poder dos grupos e do poder do Estado: a transferência maciça das funções do Estado para o setor privado, desde as escolas a as prisões, passando pelo exército; banqueiros de negócios e CEO que se convertem em ministros ou chefes de gabinetes; estados proprietários latentes com enorme capital financeiro e, acima de tudo, um poder estatal desavergonhadamente atraído pelo projeto de acumulação do capital através de sua política fiscal, ambiental, energética, social e monetária, para não mencionar o fluxo de assistência direta e apoio a todos os setores do capital. (2018, p. 293)

Por essa visão, cada vez mais a política é liderada pelas ideias de lucro e produção, transformando o cidadão em um consumidor-espectador que somente exige do Estado as soluções mais eficientes para os problemas cotidianos, em vez de inquirir uma participação ativa na formação da comunidade pública. Na maioria dos casos os indivíduos não possuem nem condição de opinar sobre as decisões políticas, pois nem as entendem, visto sua distância do objeto e falta de informações. Brown (2018, p. 293) discorre sobre isso “Por não contar com recursos para desafiar as necessidades do capital, eles [cidadãos] presenciam em geral passivamente o seu próprio abandono”. Este é o cerne da discussão: o capital e o mercado não necessitam de cidadãos. Este “sequestro” da democracia pela ideologia neoliberal fere completamente o cerne dela, pois o governo que supostamente deveria ser criado e idealizado por cidadãos participantes, é simplificado pelo governo de consumidores satisfeitos ou insatisfeitos.

Complementando, Rancière (2014, p. 111) dispõe que, o governo do povo, representado pelo homem democrático, é descaracterizado pela sociedade do consumo, como atenta nessa passagem “A lei do lucro capitalista reina sobre o mundo porque o homem democrático é um ser de desmedida, devorador insaciável de mercadorias, direitos humanos e espetáculos televisivos”. O debate público se torna cada vez mais irrelevante e distante do cidadão, este apenas trata a política da mesma maneira que trata um produto ou serviço comprado, reclamando de seus defeitos e elogiando quando os agrada. A concepção de agir político, de participar ativamente parece um passado distante. Rancière (2014, p. 111) destaca esse sistema, fazendo o contraponto com a teoria de Marx “[...] os indivíduos não são vítimas de um sistema global de dominação, mas os responsáveis por esse sistema; são eles que fazem reinar a “tirania democrática” do consumo”.

Por isso se torna pertinente a indagação feita por Brown (2018): teria o capitalismo reduzido a democracia a uma marca? É o que parece. Cada vez mais os cidadãos exigem soluções, exigem eficiência do governo, exigem ética dos

governantes e bom desempenho. Porém, cada vez menos se exige popularmente a aproximação do cidadão à política, menos se tenta entender que tipo de sociedade vivemos e em qual desejamos viver, que valores e princípios gostaríamos de ter em nossa comunidade. Parece que nos contentamos com a realidade já estipulada, tendo sido previamente decretado que os ideais do mercado são os únicos possíveis para a formação correta de uma sociedade contemporânea. Então, se a democracia é o governo do povo, para o povo, é possível um governo se denominar democrático se não existe liberdade de mudança para estipularmos nossos princípios de política? Nessa passagem Brown atesta que não

Resumindo tudo, para que as pessoas possam governar-se a si mesmas, elas devem constituir um povo que tenha acesso aos poderes que buscam democratizar. A erosão da soberania do Estado-Nação pela globalização destruiu a primeira dessas condições, e o neoliberalismo, ao desencadear o poder do Capital como um poder mundial desenfreado, elimina a segunda. (2018, p. 297)

Se o poder está interligado ao capital, e conseqüentemente às grandes corporações que os detêm, a palavra democracia utilizada pelos governos não passa de uma mentira. O poder estar concentrado no povo é a premissa básica do sistema democrático, como já visto anteriormente. Porém, se a noção de povo foi destruída pela globalização e o neoliberalismo retirou o poder dos cidadãos para dispô-lo ao capital (Brown, 2018), temos um grave problema político a ser identificado, se as nações ainda aspiram se conceituarem como democráticas.

Identificar a decadência do cidadão perante a passividade do consumidor é o primeiro passo para talvez conseguirmos retomar as rédeas de nossas sociedades. Porém, as mecânicas de poder e controle nunca estiveram tão complexas quanto agora. As novas tecnologias de algoritmos, formadoras do que chamamos de Big Data ou *Big Tech*, potencializam muito práticas publicitárias e mercantis, conseguindo influenciar comportamentos e modular opiniões de uma maneira sutilíssima, exercendo coerção de modo a passar despercebido pelo indivíduo. Dessa maneira, coloca-se em xeque a acepção da liberdade, e sem esta, não se pode falar em democracia. Sem liberdade, é impossível a construção de um governo do povo. Por esse motivo torna-se essencial entender o atual contexto tecnológico e sua correlação com as questões políticas e sociais, além de compreender a influência psíquica exercida no indivíduo por elas no século XXI, como será visto no próximo capítulo.

4 AS NOVAS TECNOLOGIAS (BIG DATA) UTILIZADAS COMO OBJETO DE CONTROLE E PODER: O CERCEAMENTO INVISÍVEL DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI.

O século XXI vem sendo marcado por ser o período da conquista humana sobre os dados. A capacidade de armazenamento e captação de dados pelas diversas novas formas de tecnologia fazem cada vez mais parte do dia a dia das sociedades contemporâneas, em que diversas empresas operam pelas redes, como Facebook, Twitter, Instagram, Amazon, entre outras. Cada rede social ou site é programado para funcionar de uma maneira diferente, sendo operados por algoritmos que realizam cálculos baseados nos dados recebidos, podendo ser conceituados por Gillespie (2018, p. 97) “Os algoritmos não são necessariamente *softwares*: em seu sentido mais amplo, são procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados”.

Palavras como algoritmos, *data-mining*, inteligência artificial, *machine learning*, *deep learning*, estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, mesmo que implicitamente, de maneira invisível, visto que as máquinas assumiram um papel de protagonista nas relações sociais. Tais conceitos estão interligados a um objetivo: processamento e aprendizado de dados, visando algum objetivo. Segundo Espindula (2020, p. 349) “O aprendizado de máquina tem alimentado diferentes serviços que usamos, a exemplo dos sistemas de recomendação, dos mecanismos de busca, dos *feeds* de mídia social e dos assistentes pessoais de voz”. Tal passagem demonstra como a sociedade e seus indivíduos banalizaram a utilização de tais tecnologias, delegando-as a capacidade de analisarem informações e de decidirem pelas pessoas o que e como fazer. Aplicativos famosos podem elucidar como tal afirmação é verdadeira. Por exemplo, o Waze identifica a melhor rota possível e indica ao usuário o que ele deve fazer, a Netflix recomenda diversos filmes que o usuário certamente apreciará, o Youtube recomenda os vídeos mais pertinentes para o usuário individualizado e, dessa maneira, seguem os demais aplicativos nessa lógica, como Facebook, Instagram, Amazon, entre outros.

Entusiasmadas com as novas tecnologias, as sociedades contemporâneas apostam fielmente nelas para a solução de todo tipo de problema social, advogando pela imparcialidade e eficiência de seus algoritmos. Carvalho Salles (2020, p. 234) anuncia isso, porém discorda frontalmente, como se vê nessa passagem “Creio que a tecnologia não solucionará os problemas da humanidade, muito pelo contrário”. Morozov (2018) também trabalha nessa hipótese, afirmando que as sociedades estão a caminho de uma tecnocracia em detrimento de um debate político e democrático, visto que os governos estão delegando funções inerentemente públicas às empresas de tecnologias privadas, ficando presente tal dilema ideológico nessa passagem

É uma escolha entre um sistema desprovido de qualquer imaginação institucional e política – no qual uma combinação de *hackers*, empreendedores e investidores de risco é a resposta-padrão para todos os problemas sociais – e um sistema no qual as soluções explicitamente políticas, aquelas que podem questionar quem – cidadãos, empresas ou o Estado – deve controlar o quê, e sob quais regras, continuam a fazer parte da discussão. (2018, p. 52)

Segundo ele (2018), as sociedades contemporâneas demonstram uma prevalência pela primeira opção, em que os Estados Unidos, liderados pelo Vale do Silício, prometem resolver todos os problemas individuais e sociais por meio de inovações tecnológicas. Eficiência guia o pensamento, sendo o resultado tudo o que importa, ficando nítido que estamos aos poucos abandonando questões inerentes ao debate democrático, como por exemplo “como fazer” e o “por que fazer”.

Expoente nas críticas tecnológicas, Han (2020, p. 23) vê as novas tecnologias e seus *big datas* como um instrumento de poder, possibilitando uma posição superior aos detentores dos dados, como se observa nessa passagem “Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social”.

Segundo Han (2020), a liberdade consiste na abertura para o futuro, ou seja, na impossibilidade da previsão dos eventos que serão realizados pelos indivíduos. Partindo disso, caracteriza o *Big Data* como o fim da liberdade e do livre-arbítrio, pois aquele possibilita a previsão dos comportamentos humanos, visto nessa passagem

Contudo, os *big data* tornam possíveis prognósticos sobre o comportamento humano. Dessa maneira, o futuro se torna previsível e controlável. A

psicopolítica digital transforma a negatividade da decisão livre na *positividade de um estado de coisas*. A própria pessoa se positiviza em *coisa*, que é quantificável, mensurável e controlável. Nenhuma coisa porém é livre: todavia, é mais transparente do que uma pessoa. Os big data anunciam o fim da pessoa e do livre-arbítrio. (2020, p. 23)

Seguindo, é demonstrado que o poder exercido pelas novas tecnologias não opera restringindo as liberdades, mas sim utilizando-as e subvertendo-as. O poder inteligente nos instiga a falar, compartilhar, curtir e opinar nas redes, tornando muito mais difícil a percepção de estar sendo dominado. Conforme Han

O poder inteligente se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições. Não nos impõe nenhum silêncio. Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente, participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos, preferências, contando sobre nossa própria vida. Esse poder *afável* é, por assim dizer, *mais poderoso* que o repressor. Ele escapa a toda visibilidade. (2020, p. 27)

Em contraste com a biopolítica⁸ de Foucault, baseada na coação de um poder disciplinar que reprimia e obrigava, a psicopolítica de Han (2020) está mergulhada em uma falsa liberdade, impelindo os indivíduos pela positividade a entregarem ao sistema o que ele necessita e quer. Vê-se nessa passagem (2020, p. 28) “Essa dominação não necessita de nenhum grande esforço, de nenhuma violência, porque simplesmente acontece. Deseja dominar buscando agradar e gerando dependência”.

A sociedade disciplinar está mergulhada em negatividades, ela oprime e coage os indivíduos. Ao contrário, a sociedade de desempenho está cheia de positividade, os indivíduos são incentivados, motivados, são ensinados a possuírem um poder ilimitado de realizar qualquer coisa. Mesmo assim, dois conceitos tão, à primeira vista, diferentes, acabam realizando um objetivo semelhante. Ambos almejam o controle das populações para a maximização da produtividade visando a manutenção do sistema capitalista (Han, 2020).

Não é à toa que por trás dessa máscara de liberdade e da possibilidade infinita de realização pessoal dos indivíduos, está uma sociedade cansada e doente. O século XXI é marcado pelas doenças mentais, como a depressão, síndrome de Burnout e ansiedade. Conforme Han (2020, p. 14) “É bem verdade que os adoecimentos neuronais do século XXI seguem, por seu turno, sua dialética, não a dialética da negatividade, mas a da positividade. São estados patológicos devidos a um *exagero da positividade*”.

Então, pode-se dizer que Han (2020) trabalha com uma tríade, sendo elas: *Big Data*, poder e neoliberalismo. Não se pode analisar as mecânicas de poder atuais sem contextualizar com a ideologia de produção. O neoliberalismo opera com o objetivo de transformar o indivíduo em um *empreendedor de si mesmo*, como destaca Han (2020, p. 14) “Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa”. Esse conceito de “empreendedor de si mesmo” apareceu pela primeira vez na obra “O nascimento da Biopolítica” de Michel Foucault, sendo explicado por suas palavras

O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que

⁸ Para Foucault, Biopolítica é o instrumento de poder disciplinar em que questões como gestão da saúde, natalidade, alimentação, higiene, costumes etc., tornam-se importantes para exercer um controle populacional eficiente a ser operado pelo capitalismo para gerar maior produção.

fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (1999, p. 311)

Com o objetivo de aumentar a produção de capital, o neoliberalismo subverte a lógica da liberdade para realizar uma exploração com maior eficácia, pois oculta o sistema político com uma ótica individual de sociedade, colocando toda a responsabilidade nos indivíduos, conforme Han

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emergja qualquer resistência ao sistema. (2018, p.16)

Essa visão de exploração já era conhecida, porém por uma lógica diferente. Segundo Marx (1998), o capitalismo é baseado na exploração, em que os donos dos meios de produção exercem uma condição de dominadores aos que não possuem. Porém, a dialética entre dominador e dominado existia visivelmente, conceito que sutilmente foi desaparecendo com o neoliberalismo, como diz Han (2020, p. 14) “Assim o capitalismo industrial se mutacionou em neoliberalismo e em capitalismo financeiro com modos de produção imateriais e pós-industriais, em vez de transformar-se em comunismo”.

A partir dessa visão geral, pode-se compreender a crise da liberdade no século XXI. Algoritmos nos “vigiam” passivamente, monitorando e controlando as atividades dos sujeitos quase permanentemente, praticamente concretizando a visão orwelliana⁹. Diga-se passivamente, pois os indivíduos divulgam suas informações pessoais ativamente nas redes sociais ou sites, conscientemente ou não, sob a máscara da “liberdade”. Porém, a abordagem atual de controle é completamente diferente da apresentada por Orwell, representada pelo Grande Irmão opressivo e coercivo. A negatividade não existe, ela foi substituída pela positividade da ideologia neoliberal. Dessa maneira, o pan-óptico digital é permissivo e projetivo, ele nos impele a nos comunicarmos, compartilharmos e consumirmos. A passagem de Han (2020, p. 57) é precisa aqui “O Grande Irmão tem agora um rosto *amável*. A eficiência da sua vigilância está em sua *amabilidade*”. Corroborando, segundo Pereira (2020, p. 13) “A liberdade e a comunicação ilimitada transformaram-se, irredutivelmente, em controle vigilância ilimitados. Os meios de comunicação social agem como novos pan-ópticos digitais”.

Esse *data-mining*, como é chamada a obtenção e armazenamento de dados, possibilita uma visão dos fatos e conhecimento subjetivo dos próprios seres humanos muito além de nossa capacidade cognitiva, como dito por Han (2020, p. 85) “Os nossos hábitos digitais proporcionam uma representação muito mais exata de nosso caráter, e nossa alma, talvez até mais precisa ou mais completa do que a imagem que fazemos de nós mesmos”. Esse tipo de capacidade e conhecimento proporciona aos

⁹ George Orwell em seu livro “1984” constrói uma sociedade distópica, em que um partido, comandado e simbolizado pelo Grande Irmão, governa de maneira totalitária a Oceania. Com o slogan “O Grande Irmão está de olho em você”, os cidadãos eram monitorados permanentemente pelas chamadas “teletelas”, essas instaladas em todos os locais de trabalho, moradias e estabelecimentos, inexistindo quaisquer direitos inerentes a aceção de liberdade. Com os lemas do partido sendo “Guerra é paz”, “Liberdade é escravidão” e “Ignorância é força”, George Orwell demonstra como um governo totalitário pode realizar um controle total por meio da vigilância.

algoritmos e àqueles que os detêm a possibilidade de influenciar e prever o futuro, trazendo uma grave ameaça a noção de livre-arbítrio, como se vê nessa passagem de Han (2020, p. 87) “A psicopolítica digital, por outro lado, é capaz de intervir de forma prospectiva nos processos psíquicos. Talvez ela seja até *mais rápida* que o livre-arbítrio, podendo ultrapassá-lo. Isso significaria o fim da liberdade”.

Contribuí com essa visão Eric Sadin (2020), tencionando a tecnologia com a racionalidade, trazendo a ideia de que a primeira retira o tempo necessário para a reflexão, aniquilando a possibilidade de os indivíduos avaliarem fenômenos e os valorarem como bem entenderem. Essa *ultrainformação*, baseada unicamente no agora, retiraria o direito da humanidade de decidir livremente o curso de seu destino.

E isso ocorre de maneira sutil e despercebida. Os indivíduos se acostumaram a delegar escolhas outrora deles para máquinas inteligentes, pois creem que estas possam optar pelo melhor resultado e o mais eficiente. Pouco a pouco as tecnologias foram conquistando um espaço importante, de maneira imperceptível a “olho nu”, e foram criando uma nova realidade em cima da antiga, abrindo um caminho que possibilita o controle populacional e, por consequência, político, como se vê nessa passagem

Porque en lugar de imponerse frontalmente a nosotros, en lugar de despertar temores y espanto por el hecho de su impresionante autoridad, asumen apariencias que, por el contrario, nos los vuelven cercanos y devotos, integrándose con la mayor discreción posible a lo real, llegando incluso hasta dar forma a un nuevo real que, a diferencia de aquel que conocemos desde el alba de la humanidad, ya no está sembrado de una infinidad de obstáculos que habría que superar sino que se convierte, poco a poco, en maleable, nos opone cada vez menos resistencia, responde con suavidad y gracia a nuestras necesidades, deseos, dificultades, inquietudes, abriéndonos en cada momento todas las puertas hacia aquellos lugares que se juzgan más adecuados y seguros. (2020, p. 80)

A ideologia que permite essa aproximação invisível das tecnologias ao cotidiano é a de que com uma maior análise de dados é possível superarmos a irracionalidade. Da mesma maneira que o neoliberalismo delega a culpa de qualquer problema social ao indivíduo, ele busca solucionar essas “escolhas irracionais” por meio de novas tecnologias inteligentes, empurrando para segundo plano o problema que é intrinsecamente político (Morozov, 2018).

A segurança buscada por essa ideologia é o que Sadin (2020) chama de “aniquilamento do real”, como se vê nessa passagem

Esta entidad que agoniza y muere es lo real. Esa fuerza sorda y hasta ahora ineludible que representa la fuente de todas nuestras dificultades, nuestros riesgos, conflictos, encuentros fortuitos, penas y alegrías, variaciones continuas y acontecimientos imprevisibles y que, sin prevenirnos, modifica de modo anodino, para bien o para mal, el curso de nuestros destinos [...] (2020, p. 248)

Para fugir da insegurança, prever com maior precisão resultados e evitar erros, os seres humanos estariam delegando às inteligências artificiais atividades de natureza inerentemente humanas. Sentimentos, dificuldades, acontecimentos fortuitos, enfim, a vulnerabilidade da vida e sua imprevisão é o que define a vida como humana, tal qual Sadin chama de “real”. O controle algorítmico, com seu incrível processamento e disponibilidade de danos aniquilaria com isso. Por isso, Sadin (2020, p. 258) diz que é necessário lutar contra tal movimento, pois segundo ele o real

“Representa el campo de la expresión de nuestra libertad, el campo de acción de cada uno de nuestros destinos, nuestro terreno común”. E partindo dessa referência, pode-se fazer um paralelo com o declínio da democracia na contemporaneidade, visto que, se os indivíduos tendem a abandonar a liberdade de decisão perante uma maior segurança, estarão como sociedade delegando as escolhas políticas ao controle algorítmico.

Dessa forma, para continuar desenvolvendo a ideia de controle algorítmico, é de suma importância compreendermos que, por mais que os dados sejam disponibilizados livremente pelos indivíduos, eles também são forjados e projetados pelos detentores dos algoritmos. Segundo Silveira (2020, p. 162) “Dados são forjados, projetados, construídos a partir de modelos e finalidades. Cria-se, extrai-se e se armazena dados de uma dada população para agir sobre ela”. Assim, fica nítida a ideia de que existe uma orientação ideológica na procura de dados, visando atingir algum objetivo que, em última instância, também é político.

Segundo essa premissa, é fundamental abandonarmos a suposta neutralidade dos algoritmos, visto que não o são. Segundo Carvalho Salles

Os algoritmos que regulam esses sistemas não são “objetivos” e “imparciais”, e tampouco “refletem” a sociedade, porque além de carregarem em seus códigos-fontes os preconceitos de seus criadores, interagem com as pessoas e com o resultado de suas próprias ações. (2020, p. 233)

Munidos com uma ideologia política e econômica pré-determinada e com a capacidade de prever o futuro e influenciá-lo, os algoritmos se tornam os principais objetos de poder político e econômico no século XXI. Pode-se entender sua importância na atual conjuntura internacional com essa passagem de Gutiérrez-Rubi (2020, p. 106) “Hay una carrera mundial por el control de los datos, que son el combustible de la nueva economía”. Dessa maneira, empresas que os detêm e possuem suas informações como a Google, Amazon, entre outras, influenciam diretamente na dinâmica da política global, como sustentado por Gutiérrez-Rubi

El imperio de las denominadas GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon y Microsoft) y sus algoritmos están hoy en el centro de las cadenas de valor global y constituyen el sistema nervioso de la nueva economía. Este nuevo capitalismo tecnológico tiene un impacto y una capacidad transformadora que escapa al control o la regulación de las instituciones. (2020, p. 106-107)

Segundo ele, esse poder centralizado nas grandes empresas promovem um risco a democracia, sendo que em suas palavras (Gutiérrez-Rubi, 2020, p.107) “[...] pone en riesgo los principios de igualdad, libertad y Fraternidad defendidos desde la Revolución Francesa”.

Porém, mesmo que as tecnologias sejam o principal objeto de poder político do século XXI, é persistente a ideia de despolitizar seu status em nome do progresso. Torna-se agradável tal pensamento para as empresas de tecnologias supracitadas, permitindo que elas direcionem o andamento das sociedades da maneira que entenderem melhor, afetando diretamente a democracia mundial, como fica destacado por essa passagem de Morozov

[...] Se favorecem apenas os plutocratas que evitam os impostos, as instituições financeiras globais interessadas em orçamentos nacionais equilibrados e as empresas que desenvolvem *softwares* de rastreamento de

rendimentos, então dificilmente se trata de um êxito democrático. (2018, p. 87)

E completa sua crítica referente a como a ideologia neoliberal, aliada às tecnologias, subvertem o governo democrático em prol da eficiência e resultado, reduzindo a política a uma grande competição, segue Morozov

O imperativo de avaliar e exibir “resultados” e “efeitos” já pressupõe que o objetivo da política é a otimização da eficiência. Entretanto, enquanto a democracia for redutível a uma fórmula, seus valores intrínsecos sempre vão perder essa batalha, pois são muito mais difíceis de quantificar. (2018, p. 95).

Prevendo um cenário, que talvez já esteja acontecendo, Morozov (2018) afirma que a tecnologia trará um sistema político em que todas as decisões serão tomadas pelas empresas tecnologias e pelos burocratas estatais. Tal governo nunca poderá ser caracterizado como democrático. A derrocada do povo no poder decisório atesta o fim da democracia. Talvez seja a hora de, como sociedade, nos agarrarmos à ideia de Stanislaw Lem, trazido por Morozov (2018, p. 101) “A sociedade não pode desistir do fardo de decidir o próprio destino, abdicando dessa liberdade em prol do regulador cibernético”.

Sendo liberdade o ponto fundamental da democracia, inevitavelmente estamos diante de um cenário apocalíptico para tal sistema político. Descartando para fins desse trabalho a hipótese da possibilidade da liberdade, ou se realmente desejamos ser livres, como trazido por Brown¹⁰, fica claro que o desenvolvimento tecnológico proporcionou novas ferramentas de controle muito eficazes. Estamos em um momento em que a liberdade é utilizada para controlar e induzir comportamentos (Han, 2020) e numa época em que *Fake News* decidem o destino de uma eleição, favorecendo o sucesso de *outsiders*, como no caso americano (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Se não superarmos essa política baseada em dados, tão difundidos atualmente que se pode chamar de dataísmo¹¹, a distância do cidadão das questões sociais relevantes vai aumentar cada vez mais, enfraquecendo o espírito democrático e podendo acabar com tal sistema político. Tal visão produz uma massa de indivíduos a margem da política, tornando-se meros espectadores, ficando à mercê dos interesses privados das empresas de capital e tecnológicas que comandam o interesse econômico e, conseqüentemente, o político.

Conseguir visualizar a influência das tecnologias na dinâmica da sociedade e dos indivíduos é um belo começo para possibilitar uma retomada democrática, voltando a autonomia política para a mão dos cidadãos. Somente criando uma alternativa à visão neoliberal pré-estipulada de mundo poderemos fugir de um futuro tecnocrata controlador e manipulador, que atualmente sim, ameaça à democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁰ Brown em seu artigo, HOJE EM DIA, SOMOS TODOS DEMOCRATAS, indaga sobre se os seres humanos realmente desejam ser livres, sustentando que a humanidade rechaça a ideia de liberdade política historicamente, dando como exemplo o fascismo autorizado pelo povo. Traz a frase de Dostoiévski, que sintetiza bem a ideia: “a liberdade mais do que o pão?”

¹¹ Han e Yuval Noah Harari conceituam o dataísmo como a nova religião do século XXI. Para eles, essa seria a crença dos indivíduos de que o domínio sobre os dados possibilitaria a humanidade a evoluir e alcançar novos horizontes, tanto como espécie, quanto sociedade.

O desenvolvimento de tal estudo não tem de nenhuma forma a intenção de esgotar o tema tratado, porém, almejou contribuir analisando as influências da ideologia neoliberal e das novas tecnologias nas crises democráticas contemporâneas. Para este fim, foi necessário traçar uma linha sobre o que seria democracia, destacar porque tal sistema está sempre em crise, para ao fim ingressarmos no tema neoliberalismo, criando a noção de “democracia de consumidores” e o poder exercido pelas tecnologias nas concepções políticas e de livre-arbítrio dos indivíduos.

Com isso, foi percebida a importância da acepção de liberdade para o sistema democrático e traçado um parâmetro de como tal conceito tenta ser diminuído perante as ideologias de mercado, restringindo-o a única opção de eficiência e lucro. Enquanto não for possível expandir tal horizonte ideológico, estaremos limitados a concepções pré-determinadas e, conseqüentemente, o povo não conseguirá governar. Se liberdade for realmente como a aceita no século XXI, operada somente por aplicativos que permitem curtir e compartilhar, fadaremos a continuar convivendo com a psicopolítica teorizada por Han (2020), que subverte a liberdade para controlar e induzir.

Rediscutir o conceito de política, retirando-a do âmbito do mercado e do lucro, é um começo para uma retomada ideológica democrática. Além disso, retomar a concepção do real, como disposto por Sadin (2020), aceitando a natureza imprevisível e frágil da natureza humana e suas escolhas, é imprescindível para o retorno da liberdade individual e política para a mão do povo.

Por isso, como exposto nesse trabalho, baseado em doutrina nacional e internacional, a democracia está ameaçada pela ideologia neoliberal, aliada as novas tecnologias. Pelo rumo tomado no século XXI, como Sadin escreveu (2020), as tecnologias entraram sutilmente nas sociedades humanas e, progressivamente, retirariam da humanidade o direito de escolher o próprio destino. E como bem demonstrado por Morozov (2018), a criação e utilização das tecnologias são orientadas pela ideologia neoliberal, que usando-a delas, produz cada vez mais lucro e eficiência.

Nesses termos, se as sociedades não conseguirem ir além da concepção neoliberal para com a política, a democracia irá padecer perante as ideologias de lucro e eficiência, guiadas pelas novas tecnologias que controlarão decisões, amparadas sempre em dados que optam pelo resultado mais seguro e eficiente. A liberdade será aniquilada em seu próprio nome perante os aplicativos inteligentes de controle que, em tese, seriam mais aptos a realizarem escolhas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **DICIONÁRIO DE POLÍTICA VOL. 1**. 11ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. 9ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores LTDA., 2020.

BROWN, Wendy. **HOJE EM DIA, SOMOS TODOS DEMOCRATAS**. 2018. Belo Horizonte: Sapere aude, v. 9, n. 17, p. 291-302.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. 1ª. ed. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **OS ALGORITMOS NÃO NOS SALVARÃO: OS PERIGOS DA ILUSÃO TECNOLÓGICA**. In: SARABIEGO, Jesús; DO AMARAL, Augusto Jobim; CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **ALGORITARISMOS**. São Paulo: Tirant, 2020.

DA SILVEIRA, Sergio Amadeus. **SISTEMAS ALGORÍTMICOS, SUBORDINAÇÃO E COLONIALISMO DE DADOS**. In: SARABIEGO, Jesús; DO AMARAL, Augusto Jobim; CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **ALGORITARISMOS**. São Paulo: Tirant, 2020.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Reinventar a Democracia: Entre o Pré-Contratualismo e o Pós-Contratualismo**. 1998, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº 107, p. 01-53.

ESPINDULA, Brenda de Fraga. **RISCOS RELATIVOS AOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA EM DIRETRIZES ÉTICAS PARA A IA**. In: SARABIEGO, Jesús; DO AMARAL, Augusto Jobim; CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **ALGORITARISMOS**. São Paulo: Tirant, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos**. 2018. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121.

GODOY, Arnaldo. **Notas sobre a cidadania e a nacionalidade no Direito Grego**. 1999. Brasília: Revista de Informação Legislativa, a. 36, n. 143. p. 309-311.

GUTIÉRREZ-RUBÍ, Antoni. **TECNOPOLÍTICA Y LOS ALGORITMOS**. In: SARABIEGO, Jesús; DO AMARAL, Augusto Jobim; CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **ALGORITARISMOS**. São Paulo: Tirant, 2020.

HAN, Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

HAN, Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. ampliada. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia as Letras, 2020.

HILLANI, Allan M. **RESENHA: Entre o medo e o ódio: uma resenha de “O ódio à democracia” de Jacques Rancière**. Direito & Práxis. Rio de Janeiro. Vol. 06, N. 12, 2015, p. 683-687.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política**. São Paulo: Ubu, 2018.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **ANTIRREPUBLICANISMO**. 2021. Texto cedido pelo autor.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **ALGORITMOCRACIA E LIBERDADE – A POLÍTICA COMO OBJETO DE CONSUMO EM UM CENÁRIO DE NEOSPETÁCULO: um esboço de ensaio em homenagem à vida e obra de Ricardo Aronne**. 2021. Texto cedido pelo autor.

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política: Para os cursos de Teoria do Estado & Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Acesso: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600878/cfi/4!/4/4@0:7.94>.

RANCIÈRE, Jacques. **O ÓDIO À DEMOCRACIA**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O CONTRATO SOCIAL: PRINCÍPIOS DO DIREITO POLÍTICO**. 3. ed. 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SADIN, Éric. **LÁ INTELIGENCIA ARTIFICIAL O EL DESAFÍO DEL SIGLO: Anatomía de um antihumanismo radical**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2020.

SANTOS SOUSA, Salviana de Maria. **RESENHA: RANCIÈRE, Jacques. O ódio à Democracia**. 2015. São Luíz, v. 19, n. 2, p. 529-530.

SARABIEGO, Jesús; DO AMARAL, Augusto Jobim; CARVALHO SALLES, Eduardo Baldissera. **ALGORITARISMOS**. São Paulo: Tirant, 2020.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.